

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**Faculdade de Educação**  
**Curso de Especialização em Formação de Educadores para Educação Básica – LASEB**

Paula Antunes Pedrosa dos Santos

**CAMINHOS DA INCLUSÃO: Um estudo sobre a Educação Especial no município de Itabirito, a partir da percepção e inclusão de alunos com deficiência.**

Belo Horizonte

2025

Paula Antunes Pedrosa dos Santos

**CAMINHOS DA INCLUSÃO:Um estudo sobre a Educação Especial no município de Itabirito, a partir da percepção e inclusão de alunos com deficiência.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Formação de Educadores para Educação Básica da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Docência e Inclusão Escolar: pessoas com deficiência e a prática pedagógica na escola.

Orientadora: Profa. Ma. Bruna Cristina da Silva Hudson

Belo Horizonte

2025

S237c  
2025  
TCC

Santos, Paula Antunes Pedrosa dos, 1977 -

Caminhos da inclusão [manuscrito] : um estudo sobre a Educação especial no município de Itabirito a partir da percepção e inclusão de alunos com deficiência / Paula Antunes Pedrosa dos Santos. - Belo Horizonte, 2025.  
38 f. : enc, il., color.

Monografia -- (Especialização) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

Orientadora: Bruna Cristina da Silva Hudson.

Bibliografia: f. 37- 38.

1. Educação. 2. Educação especial – Legislação. 3. Educação inclusiva.  
4. Crianças com deficiência.

I. Título. II. Hudson, Bruna Cristina da Silva. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 371.9

**Catálogo da fonte: Biblioteca da FaE/UFMG (Setor de referência)**

Bibliotecária: Arlete da Paixão Ferreira CRB6 2872/O

PAULA ANTUNES PEDROSA DOS SANTOS

## TÍTULO DO TRABALHO


### CAMINHOS DA INCLUSÃO:

Um estudo sobre a Educação Especial no município de Itabirito, a partir da percepção e inclusão de alunos com deficiência

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Pós- Graduação Lato Sensu Formação em Docência na Educação Básica da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Docência e Inclusão Escolar: pessoas com deficiência e a prática pedagógica na escola.


Aprovado em 19 de setembro de 2025.

### BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente  
 BRUNA CRISTINA DA SILVA HUDSON  
Data: 20/10/2025 23:13:07-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

---

Profa. Dra. Bruna Cristina da Silva Hudson  
Nome orientador - Faculdade de Educação da UFMG

Documento assinado digitalmente  
 LIBERIA RODRIGUES NEVES  
Data: 20/10/2025 13:36:29-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

---

Profa. Dra. Libéria Rodrigues Neves  
Coordenadora de área - Faculdade de Educação da UFMG

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço às pessoas que ajudaram a concluir este trabalho, desde minhas filhas, no auxílio às dúvidas tecnológicas, como a professora Bruna e aos funcionários da Prefeitura Municipal de Itabirito, em especial à Secretaria de Educação.

## RESUMO

Este estudo tem em vista o percurso da abordagem, intervenção, diagnóstico, tratamento e inclusão, destinado às crianças com deficiência, no âmbito da rede escolar municipal na cidade de Itabirito/MG. A pesquisa tem como motivação a necessidade de conhecimento acerca das etapas das intervenções, profissionais envolvidos e finalização das etapas no processo de inclusão feito pelos profissionais envolvidos. Isto é: qual o caminho a criança e sua família, devem percorrer para ter acesso aos atendimentos especializados, tratamentos e acompanhamentos na rede municipal? E, ainda, esclarecer acerca das instituições envolvidas, quantas pessoas são atendidas e se a rede contempla somente Itabirito ou também outros municípios. Este trabalho busca também saber, se ao final desta trajetória, o resultado esperado é satisfatório e como é feito o retorno às escolas. A metodologia utilizada foi o procedimento de coleta de dados: revisão de literaturas; como artigos, leis, resoluções, bem como a reunião de informações disponibilizadas pela própria rede de Itabirito. Como resultado, foram apresentadas informações e dados importantes sobre a Secretaria de Educação e suas subdivisões, como CMAEE, que trata diretamente da investigação, intervenção e determinação de conduta, juntamente com os profissionais envolvidos, para melhor acolhimento deste aluno com deficiência. Atualmente a rede de Itabirito possui 347 alunos que recebem atendimento pelo CMAEE e demais órgãos, distribuídos em 27 das 31 escolas registradas. Estes alunos passaram por uma avaliação que inicia-se na escola, passando pela supervisão escolar e em seguida pela equipe técnica. Pode-se concluir que a rede de Itabirito oferece atendimento a este público, porém existem diversos pontos pendentes, como a melhoria na formação e capacitação dos profissionais discentes, a demora nos encaminhamentos devido à grande demanda e poucos profissionais, maior engajamento das famílias e também da própria Secretaria de Educação e o CMAEE.

**Palavras-chave:** Educação especial; trajetória; diagnóstico.

## ABSTRACT

This study looks at the approach, intervention, diagnosis, treatment, and inclusion of children with disabilities within the municipal school system in the city of Itabirito, Minas Gerais. The research is motivated by the need for knowledge about the stages of intervention, the professionals involved, and the completion of the stages in the inclusion process carried out by the professionals involved. That is: what path must the child and their family follow to access specialized care, treatment, and follow-up in the municipal network? It also aims to clarify the institutions involved, how many people are served, and whether the network covers only Itabirito or other municipalities as well. This study also seeks to find out whether, at the end of this process, the expected result is satisfactory and how the return to school is carried out. The methodology used was the data collection procedure: review of literature, such as articles, laws, resolutions, as well as the gathering of information made available by the Itabirito network itself. As a result, important information and data were presented about the Department of Education and its subdivisions, such as CMAEE, which deals directly with investigation, intervention, and determination of conduct, together with the professionals involved, to better accommodate this student with disabilities. Currently, the Itabirito network has 347 students who receive care from CMAEE and other agencies, distributed across 27 of the 31 schools. These students underwent an assessment that began at school, followed by school supervision and then by the technical team. It can be concluded that the Itabirito network provides services to this population, but there are several outstanding issues, such as improving the training and qualification of student professionals, delays in referrals due to high demand and few professionals, greater engagement of families and also of the Department of Education and the CMAAE.

**Key-Words:** Special needs, intervention, trajectory.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Divisões da Secretaria Municipal de Educação .....	17
Figura 2. Fluxograma de Divisão do CMAAE .....	18
Figura 3. Fluxograma de atuação das equipes dentro do CMAEE .....	19
Figura 4. Fluxograma de ordem de processos para encaminhamento .....	21
Figura 5. Informações sobre os órgãos públicos para cada tipo de atendimento .....	22
Figura 6. Fluxograma das metodologias aplicadas neste trabalho .....	25
Figura 7. Gráfico do público da Educação Especial em Itabirito .....	26
Figura 8. Gráfico do público da educação Especial em Itabirito por segmento .....	27

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Modelo do Questionário .....	29
--	----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
CAPSi	Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil
CER II	Centro Especializado em Reabilitação
CIA	Carteira de Identificação do Autista
CMAEE	Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado
CMEIs	Centros Municipais de Educação Infantil
CRE	Centro Regional de Educação
CREAB	Centro Municipal de Reabilitação de Itabirito
DI	Deficiência Intelectual
DSM 5	Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders
EAA	Equipe de Apoio ao Aluno
EAE	Equipe de Apoio à Escola
EAAE	Equipe de Apoio à Educação Especial
IFMG	Instituto Federal de Minas Gerais
LBI	Lei Brasileira de Inclusão
MEC	Ministério da Educação
ONU	Organização das Nações Unidas
PCD	Pessoas com Deficiência
PDI	Plano de Desenvolvimento Individual
PEE	Público da Educação Especial
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
TDAH	Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade
TEA	Transtorno do Espectro Autista
TGD	Transtornos Globais do Desenvolvimento
UBS	Unidades Básicas de Saúde

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	11
1.2 Objeto .....	13
1.3 Objetivos .....	13
1.3.1 Objetivo Geral .....	13
1.3.2 Objetivo Específico .....	13
1.4 Justificativa .....	14
<b>2. PERSPECTIVA DE INCLUSÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE ITABIRITO</b> ...	16
<b>3. METODOLOGIA</b> .....	24
<b>4. RESULTADOS</b> .....	26
4.1 Respostas do questionário.....	31
4.2 Resultados obtidos .....	34
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	35
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	37

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como fundamento a necessidade de conhecer o funcionamento acerca dos atendimentos e tratamentos destinados às pessoas com deficiência na rede municipal de Itabirito. Sou professora nesta rede, e, após 9 anos de experiência com fundamental I, tenho acompanhado um crescente número de suspeitas de crianças com diversas deficiências.

Entre 2022 e 2023, atuei no acompanhamento de um aluno do 8º ano, cujo histórico era que ele nasceu com alguns problemas causados durante o trabalho de parto. Este aluno foi diagnosticado com Deficiência Intelectual (DI), por causa da falta de oxigenação, má articulação mandibular e Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). No ambiente escolar, ele tinha meu acompanhamento integral em sala, como professora de apoio, onde fazia as adaptações necessárias para seu desenvolvimento e interação com os colegas e professores, além das atividades gerais dentro da escola. O aluno tinha tempo estendido para avaliações e direito ao auxílio leitor pelo professor. Ele também recebia atendimento na sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), que era feito por outro profissional e trabalhava, principalmente, seu desenvolvimento de vivência para a vida.

O atendimento e inclusão das pessoas com deficiência é um dos pilares para uma sociedade mais justa e inclusiva, sendo respaldado por legislações como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) (Lei nº 13.146/2015), que reconhece esses indivíduos como sujeitos de direitos em todas as esferas da vida social. Essa mudança no olhar da sociedade resulta, em parte, da atuação de movimentos sociais e organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), que defende a igualdade de oportunidades e o combate à exclusão histórica enfrentada por esse grupo (BRASIL, 2015; ONU, 2006).

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, representa um marco legal nesse processo. No Art. 2º, a lei define que a pessoa com deficiência é aquela que possui um impedimento de participar plenamente das atividades sociais de modo igual aos demais na sociedade. Dentro deste propósito, alinha-se à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, ratificada pelo Brasil em 2009, enfatiza a necessidade de eliminar as barreiras que impedem a inclusão social das pessoas com deficiência, assegurando que sejam garantidos os direitos e a dignidade dessas pessoas.

Na saúde, o atendimento deve ser guiado pela plena acessibilidade aos serviços. De acordo com os estudos de Clemente *et al.* (2022), aponta que essas pessoas enfrentam

diversas barreiras no acesso aos serviços de saúde, incluindo a falta de capacitação dos profissionais, infraestrutura e ausência de tecnologias assistivas. Essas barreiras comprometem a qualidade do atendimento e a efetivação dos direitos das pessoas com deficiência.

A Educação Inclusiva no contexto da Educação Especial também é um aspecto crucial e pode ser considerada um marco nas mudanças necessárias para este público. A Declaração de Salamanca (1994) e a própria LBI estabelecem diretrizes para a inclusão educacional, promovendo os ajustes necessários, como a adaptação curricular, formação de professores e garantia da acessibilidade física e comunicacional nas instituições de ensino. No entanto, a implementação dessas diretrizes ainda enfrenta desafios significativos, como a resistência institucional e a falta de recursos adequados.

A formação de profissionais capacitados para atender às necessidades específicas é outro aspecto fundamental. Neste caminho, a rede de Itabirito investe em programas de educação continuada e a inclusão de conteúdo específico sobre deficiência nos currículos acadêmicos, como estratégia para preparar os profissionais para um atendimento humanizado e competente.

Diante desse cenário, torna-se necessário compreender como o município tem estruturado e efetivado as políticas de atendimento e inclusão das pessoas com deficiência, em especial na rede de ensino. Para que os diagnósticos e atendimentos sejam realizados com excelência e que aconteça a efetivação dos direitos garantidos em lei, é preciso o comprometimento de toda a sociedade em construir ambientes inclusivos e acessíveis, garantindo a plena participação dessas pessoas em todos os aspectos da vida social. Dessa forma, este trabalho propõe a investigação das práticas do município, focando na identificação dos caminhos percorridos desde a suspeita de uma deficiência até a concretização do diagnóstico e a conduta de tratamento oferecida, bem como analisar os desafios enfrentados pelos familiares durante esse processo.

Diante do exposto, ao se deparar com um possível caso de estudante (PEE) Público da Educação Especial (PEE), deve-se considerar quais passos podem ser adotados para proporcionar um acolhimento ao estudante e aos seus familiares. Desse modo, em Itabirito, após uma escuta inicial da família, o aluno segue para avaliação do Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado (CMAEE). Esse é o problema central dessa pesquisa, ou seja, qual o caminho traçado por um aluno da Educação Especial para avaliação e possível diagnóstico na rede?

Tem-se como hipótese que, diante de sinais que indiquem possíveis necessidades educacionais específicas, o percurso adotado nas escolas da rede municipal de Itabirito inicia-se com a articulação entre os profissionais da escola e a realização de uma escuta qualificada da família e do estudante, conforme sua idade. Essa etapa busca compreender o contexto sociofamiliar e orientar intervenções pedagógicas preliminares, encaminhando o estudante, se necessário, para avaliação no CMAEE. Espera-se, assim, que esse fluxo contribua para um acolhimento mais humanizado e para decisões educacionais mais adequadas, ainda que possa carecer de sistematização normativa e procedimentos formalizados.

## **1.2 Objeto**

Análise da trajetória dos atendimentos às crianças Público da Educação Especial na rede municipal de Itabirito, Minas Gerais.

## **1.3 Objetivos**

### **1.3.1 Objetivo Geral**

Investigar como se dão os processos de inclusão escolar de alunos com deficiência no município de Itabirito, analisando as percepções, práticas e desafios presentes na Educação Especial.

### **1.3.2 Objetivo Específico**

No presente trabalho os objetivos específicos são:

a) Descrever os serviços da rede escolar de Itabirito para estudantes da educação básica com deficiência, fazendo o levantamento dos profissionais envolvidos. Assim como tipos de tratamentos ofertados e acompanhamento pós diagnóstico feito pelos mesmos profissionais;

b) Analisar a concepção de duas mães sobre a inclusão escolar de seus filhos na rede, acerca das prováveis dificuldades encontradas, transcrevendo a percepção delas acerca do tratamento e aceitação dos filhos na rede municipal de ensino de Itabirito.

## 1.4 Justificativa

Este trabalho procura esclarecer aos educadores e também à população em geral, os caminhos pelos quais as famílias e as crianças percorrem dentro da rede municipal de Itabirito, para identificar possíveis deficiências, recebimento de um acompanhamento adequado e de acordo com a legislação vigente. Tem-se como norte que a inclusão de pessoas com deficiência no sistema educacional regular é um direito assegurado respaldada por normas como a Constituição Federal de 1988, a LBI (Brasil, 2015) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008).

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, art. 205) bem como “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (Brasil, 1988, art. 206, I).

Complementarmente, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) fortalecem a obrigatoriedade de oferta de Atendimento Educacional Especializado (AEE) no âmbito do ensino regular.

Em consonância com esse mandamento constitucional, a LBI (Brasil, 2015, art. 28) “estabelece que é de responsabilidade do poder público assegurar e promover um sistema educacional de natureza inclusiva em todos os níveis e modalidades, além de garantir o aprendizado ao longo de toda a vida”. Para tal, destaca-se a importância de criar ações por meio de políticas de criação e implementação voltadas para esse público.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva reforça essa diretriz ao afirmar que seu objetivo é “assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino (BRASIL, 2008, p. 13)

Nesse contexto, torna-se essencial compreender como esse direito tem sido efetivado na prática, especialmente em redes municipais de ensino, que são a porta de entrada para a maioria das crianças no sistema educacional. Através do caminho pelo qual está criança e sua família irão passar, sabe-se que existem obstáculos impostos por ambas as partes. De um lado pode existir uma família que não mantém a regularidade de comparecimento aos atendimentos, tanto clínicos quanto nas salas de AEE, por outro, os trâmites legais e a quantidade significativa de atendimentos, que sobrecarrega e atrasa o andamento das

investigações. O município de Itabirito possui uma rede de ensino que atende um número significativo de alunos com deficiência, os quais, segundo a legislação vigente, devem ser inseridos no ensino regular com o suporte necessário para seu desenvolvimento integral.

Todavia, a simples matrícula desses alunos não garante, por si só, uma educação de qualidade. É necessário que as escolas estejam estruturadas para oferecer condições adequadas de acesso, permanência e aprendizagem. Isso envolve a presença de profissionais capacitados, recursos pedagógicos adaptados, acessibilidade física e comunicação inclusiva, ou seja, conscientizar a população quanto aos direitos das pessoas com deficiência. Por isso, descrever os atendimentos oferecidos nas escolas municipais a esses alunos é uma ação estratégica e necessária para diagnosticar a realidade local, identificar avanços e desafios, bem como sugerir intervenções eficazes para a melhoria da qualidade educacional.

Além disso, após pesquisas prévias, não se observou fonte que esclarecesse qual a realidade inclusiva dos alunos com deficiência no município de Itabirito, sendo esse o objetivo deste trabalho. Por esta razão, tem-se a necessidade de divulgar através deste, as informações que respondem às perguntas sem resposta que rondam os professores e familiares destas crianças. O levantamento possibilitará o fortalecimento da cultura da inclusão, colaborando para a promoção da equidade e acolhimento social e educacional.

Ao relacionar as escolas que já ofertam o AEE, os recursos utilizados e a acessibilidade das estruturas físicas, esta pesquisa contribuirá de forma significativa para o aprimoramento das práticas inclusivas e para o cumprimento dos compromissos legais e éticos assumidos pela gestão municipal. Trata-se, portanto, de uma proposta com relevância acadêmica, social e institucional.

## 2. PERSPECTIVA DE INCLUSÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE ITABIRITO

A atuação articulada das esferas públicas locais, como a Secretaria Municipal de Educação, Saúde e Assistência Social, torna-se essencial para garantir os direitos das pessoas com deficiência. “A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo da vida” (BRASIL, 2015, art. 27) reforça o princípio constitucional da equidade no acesso ao ensino, exigindo a construção de uma rede articulada entre diferentes políticas públicas. A efetivação desse direito implica a oferta de AEE, a presença de profissionais de apoio e adaptações curriculares, conforme também assegurado no art. 208, inciso III, da Constituição Federal de 1988.

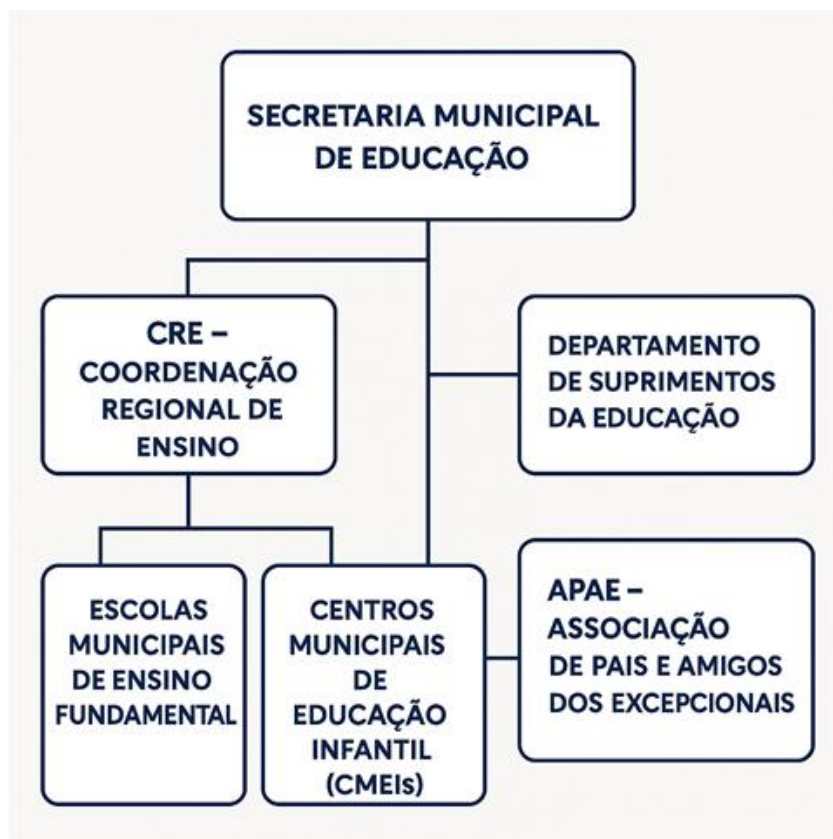
Em Itabirito, a rede municipal e o atendimento às pessoas com deficiência buscam cumprir a Lei nº13146/2015. No município, foram criadas algumas leis para as pessoas com TEA, por exemplo, como a Lei Municipal nº 3.580/2021, que Institui a “Semana da Conscientização do Autismo” na semana do dia 2 de abril, prevendo palestras, rodas de conversa e ações educativas para combater o preconceito e informar a população sobre o TEA; e a Lei Municipal nº 3.581/2021, que cria a Carteira de Identificação do Autista (CIA), facilitando o acesso a direitos e serviços por meio de um documento oficial que comprova o diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA). Em seguida a Lei Municipal nº 3.699/2022, que garante atendimento prioritário a pessoas com TEA em estabelecimentos públicos e privados, equiparando seus direitos aos de outras pessoas com deficiência, conforme a Lei Federal nº 12.764/2012.

“No contexto escolar, crianças com autismo enfrentam dificuldades significativas na socialização e na comunicação, o que requer estratégias pedagógicas específicas que considerem suas necessidades individuais” (BOSA, 2006). Em Itabirito a rede busca aperfeiçoar os atendimentos para as pessoas com deficiência, e, no caso dos estudantes com TEA já existem leis municipais para proteger e inserir estas pessoas.

Para a Educação Especial, essa articulação intersetorial encontra respaldo na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), que propõe a reorganização do sistema de ensino para contemplar os diferentes sujeitos, assegurando-lhes não apenas acesso, mas também permanência e aprendizagem significativa. Assim, é necessário um sistema educacional que vá além da matrícula, comprometendo-se com a transformação das práticas pedagógicas e institucionais em prol da inclusão efetiva.

Para promover a inclusão de alunos com deficiência, a rede municipal de Itabirito, conta com a Secretaria Municipal de Educação e suas subdivisões, conforme apresentado na Figura 1, que é responsável pela oferta da educação básica e pelo planejamento das políticas públicas educacionais no município, que são mecanismos importantes para atender os alunos da rede. A Secretaria Municipal de Saúde, peça-chave para manter atendimentos complementares no atendimento educacional e a Secretaria de Assistência Social, que mantém contato e apoio às famílias de alunos com deficiência.

Figura 1. Divisões da Secretaria Municipal de Educação



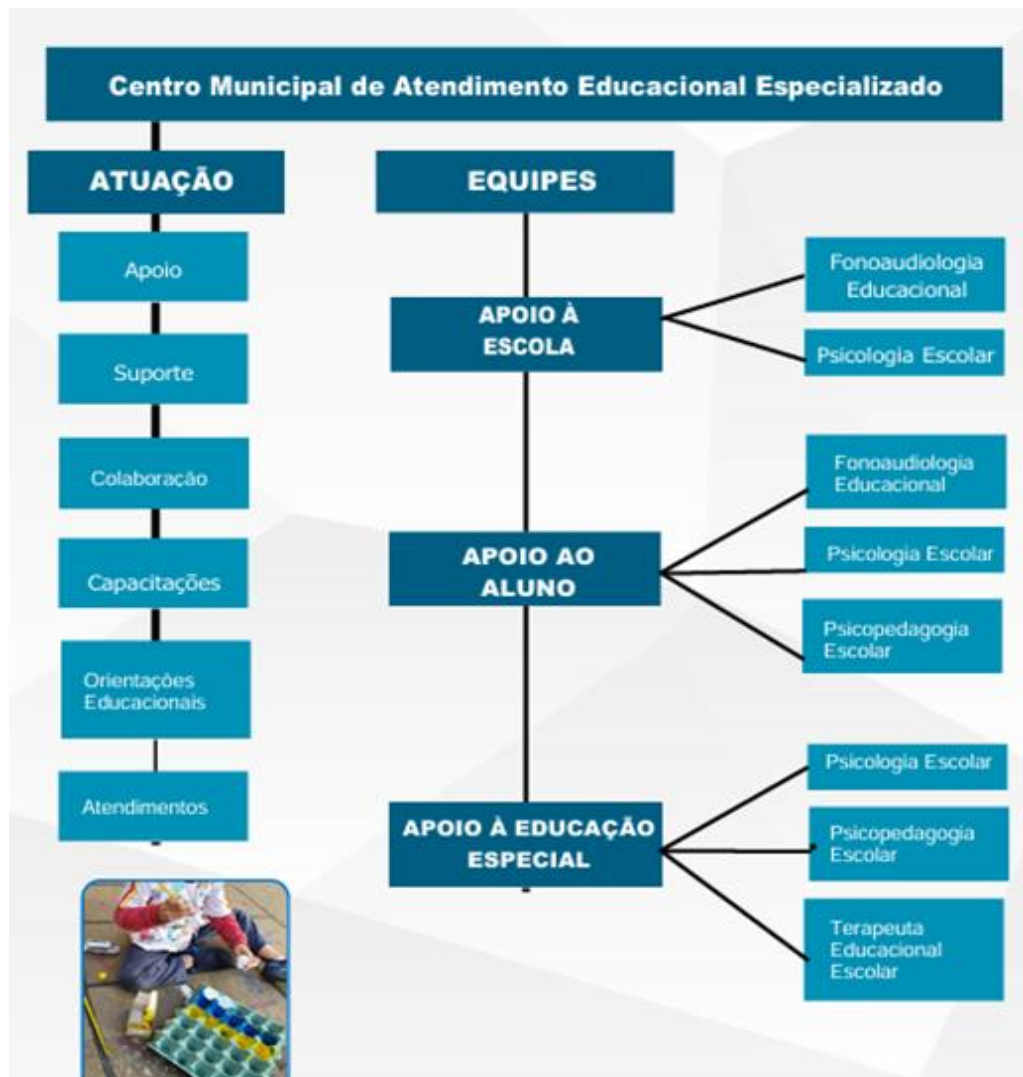
Fonte: CMAAE, 2025

A Secretaria Municipal de Educação é o órgão central. O Centro Regional de Educação (CRE) supervisiona a parte pedagógica e administrativa das escolas, sendo a regional localizada em Ouro Preto, Minas Gerais. Sob sua supervisão estão os Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) e Escolas Municipais de Ensino Fundamental. O Departamento de Suprimentos atua como apoio logístico e operacional, ligado diretamente à Secretaria. A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) aparece como entidade parceira, normalmente autônoma, mas com vínculos colaborativos com a rede. Na rede existe ainda o CMAAE, que foi inaugurado em 2013, sendo um departamento da Secretaria

Municipal de Educação (SEMED), que tem por finalidade ofertar serviços especializados de apoio, suporte, colaboração e capacitação para a identificação das necessidades específicas dos estudantes e professores da Rede Municipal de Ensino, bem como a efetivação de orientações educacionais, visando o desenvolvimento de potencialidades e a melhores condições do desempenho escolar e social (ITABIRITO, 2025).

As imagens abaixo, foram retiradas da cartilha de inclusão escolar informativa, produzida pela Secretaria Municipal de Educação de Itabirito. As informações são pertinentes e detalham de maneira bem explicativa acerca das equipes que compõem o CMAAE e suas respectivas funções.

Figura 2. Fluxograma de Divisão do CMAAE



Fonte: Cartilha de Inclusão escolar informativa. Itabirito, 2025.

Na Figura 3, visualiza-se os núcleos de atuação das equipes do CMAEE.

Figura 3. Fluxograma de atuação das equipes dentro do CMAEE



Fonte: Cartilha de Inclusão escolar informativa. Itabirito, 2025.

Dentro de cada setor, profissionais atuam sempre de maneira colaborativa, de maneira que as partes envolvidas possam realizar o atendimento e dar o suporte necessário:

- **Equipe de apoio à escola:** é composta por um psicólogo escolar, uma psicopedagoga escolar, uma fonoaudióloga escolar e uma assistente social. Sua atuação visa acolher, identificar e analisar as demandas das instituições de ensino. É responsável pela indicação da criança para equipe de atendimento, por dar orientações e elaborar estratégias às escolas e aos responsáveis pelos estudantes, e por capacitação à comunidade escolar, prioritariamente com foco na prevenção da saúde, sempre em articulação com a rede e a equipe de atendimento. Se necessário, pode realizar visita

domiciliar, para que sejam verificadas “questões sociais” que possam estar interferindo no âmbito escolar.

- **Equipe de apoio ao aluno:** é composta por uma psicopedagoga escolar e uma psicóloga escolar. Esta equipe realiza avaliação educacional dos estudantes indicados pela equipe escolar, a fim de definir intervenção individual ou em grupo, encaminhamentos à rede ou orientações à escola e à família. O público desta equipe são os estudantes com transtorno específico de aprendizagem (dislexia, discalculia, disortografia e disgrafia) e trocas surdo/sonoras na escrita. Assim como as demais, mantém contato constante com a rede municipal de Itabirito.
- **Equipe de apoio à Educação Especial :** Composta por uma psicóloga escolar e uma psicopedagoga, é responsável pelo acompanhamento dos estudantes da educação especial; pela capacitação e supervisão de profissionais de apoio escolar (monitores/mediadores), dos professores e que auxilia quanto ao preenchimento adequado do censo escolar. Também orienta e capacita a comunidade escolar se necessário, além de indicar o uso de adaptações razoáveis de tecnologias assistivas, mobiliários adaptados, acessibilidade, sempre em articulação com a rede.

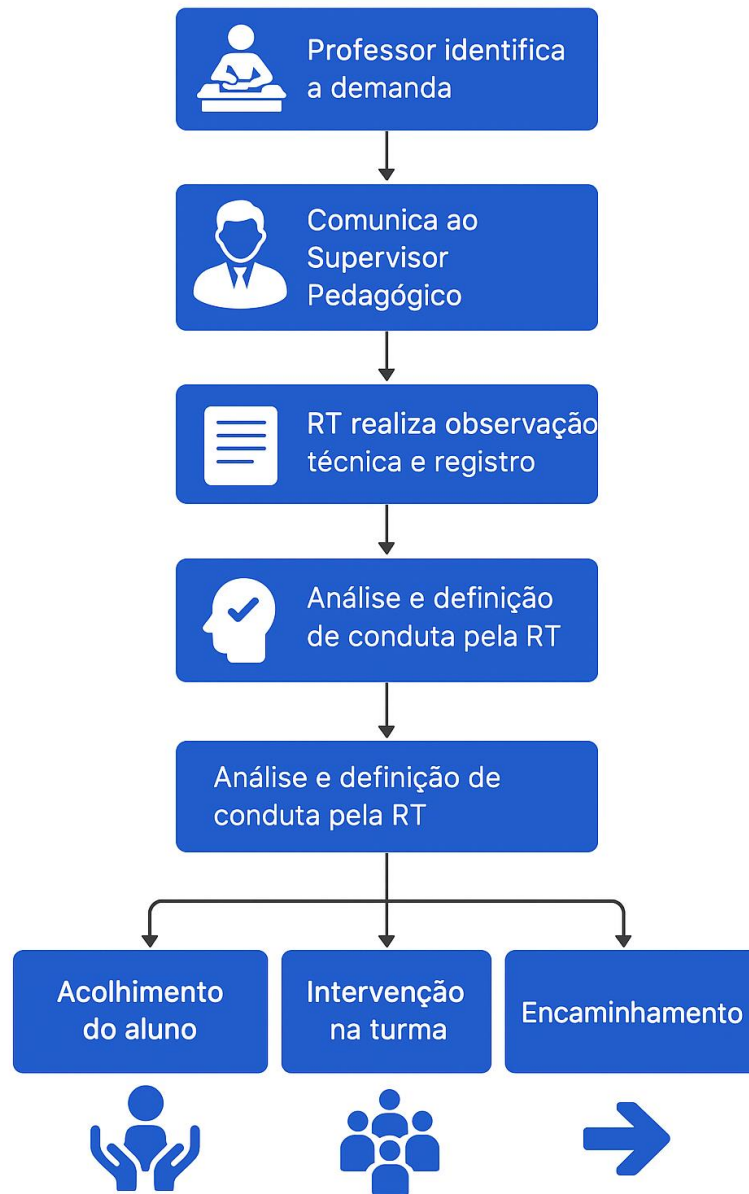
As equipes trabalham em conjunto, mantendo a comunicação aberta e integrada, visando o bem estar dos alunos atendidos. Desta forma, o trabalho prestado possui uma conexão entre os profissionais envolvidos, seja no âmbito escolar ou quando esta criança recebe encaminhamento para tratamento.

O atendimento educacional especializado deve ser realizado de forma articulada com o ensino comum, disponibilizando recursos e serviços de apoio, de maneira a garantir a plena participação dos alunos. (BRASIL. MEC/SEESP, 2008, p. 16).

O aluno que é acompanhado pelo CMAEE, recebe atendimento durante toda sua vida escolar, de acordo com sua demanda. Esse atendimento está em conformidade com Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. “A criança e o adolescente com deficiência serão atendidos, sempre que necessário, em unidades de ensino inclusivo, com apoio de profissionais especializados.” (Brasil, 1990, Art. 54, §3º).

Para que o atendimento seja feito de maneira que atenda a todos, o CMAEE e os profissionais de saúde atuam em partes, conforme as informações de cada atendimento.

Figura 4. Fluxograma de ordem de processos para encaminhamento

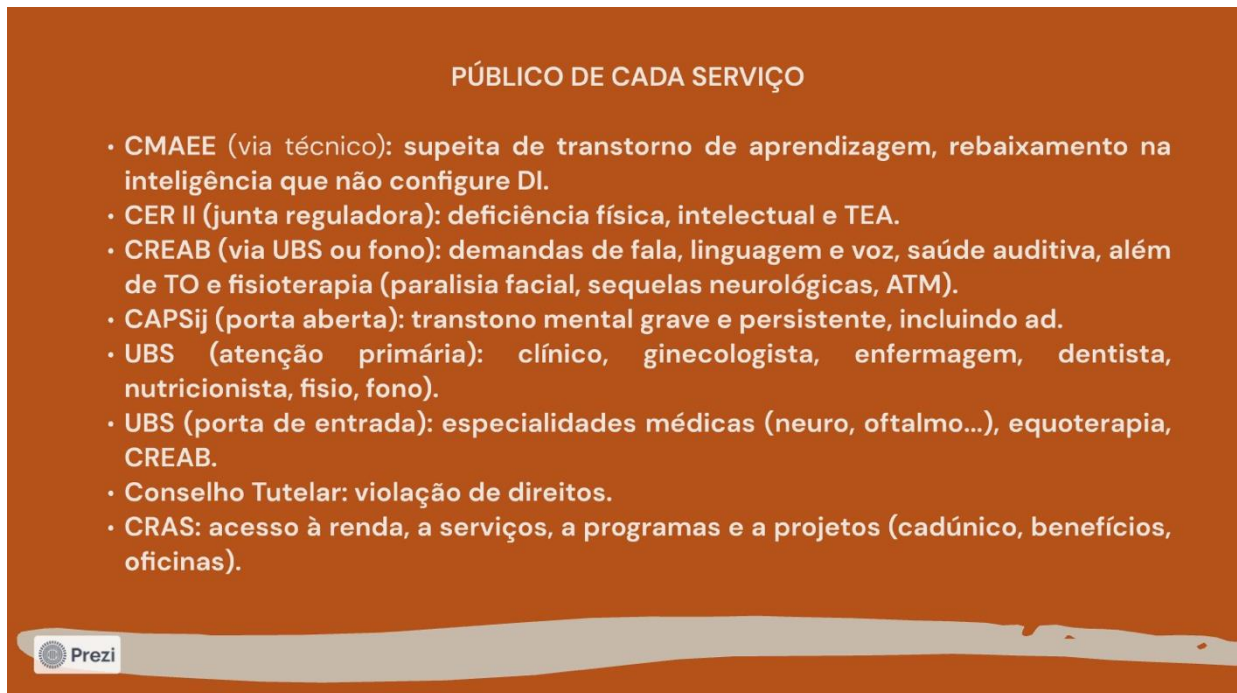


Fonte: CMAEE, 2025.

Após a triagem, seguido do encaminhamento, caso o aluno receba diagnóstico plausível de atendimento especializado, é traçado então o caminho para o profissional que irá atender aquela criança ou adolescente, de maneira integrada com escola e família, visando o bem estar e acolhimento. Para tal, as equipes do CMAEE se articulam com outros serviços,

inclusive de saúde, oferecidos pela Prefeitura Municipal de Itabirito. Tal articulação se dá por meio de encaminhamentos para as Unidades Básicas de Saúde (UBS), Centro Especializado em Reabilitação - CER II, Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSi), Centro Municipal de Reabilitação de Itabirito (CREAB).

Figura 5. Informações sobre os órgãos públicos para cada tipo de atendimento



Fonte: CMAAE, 2025.

Fazem parte do quadro de atendimentos clínicos que compõem a equipe do CMAEE assistentes sociais, Fonoaudiólogos, Psicólogos, Psicopedagogas, Terapeuta Ocupacional, todos com formação a atuação escolar. Além da equipe de assistência social, que atua junto às famílias para garantir direitos e intervir caso necessário. De acordo com Código de Ética do Assistente Social, 1993, o serviço social busca autonomia, emancipação e expansão dos indivíduos sociais, atuando com base em princípios justos, buscando a universalização do acesso aos programas e serviços sociais como forma de consolidação da cidadania.

Complementando essas diretrizes, o profissional também realiza visitas domiciliares, busca ativa de aluno evadidos dos atendimentos, junto às famílias, orientação de aluno, familiar ou responsável quanto aos direitos humanos, sociais e previdenciários, além da elaboração de relatórios técnicos e ações que visem à prevenção de conflitos sociais e educacionais (BRASIL, [s.d.]).

A SEMED, conta em sua composição com os seguintes departamentos interligados, para atendimento em unidade de ensino inclusivo, e, caso necessário, dispõe de professores ou auxiliares para apoio durante a estadia no âmbito escolar.

- Departamento de Suprimentos da Educação; CRE – antiga Casa do Professor; CMAEE.

As instituições são:

- Escolas Municipais de Ensino Fundamental I e II; CMEIs – 0 a 3 anos – Creches; CMEIs – 4 e 5 anos – Pré-escolas. Estas instituições existem nas áreas urbanas e rurais do município de Itabirito.

Ao todo a cidade possui 8 escolas municipais de ensino fundamental I e II, no perímetro urbano, 5 escolas municipais de Ensino Fundamental I na zona rural, 17 pré-escolas municipais, 5 escolas estaduais, 1 Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), 6 creches municipais e 10 escolas particulares. O atendimento às escolas é feito de maneira integrativa, com profissionais da educação; escola e profissionais do CMAEE, juntamente com profissionais da saúde e Assistência Social. Para aqueles que demandam o atendimento especializado, a rede busca sempre realizar os atendimentos em conformidade com as leis, para que todos tenham seus direitos atendidos.

A atuação do CMAEE se dá por meio da Equipe de Apoio ao Aluno (EAA), EAE Equipe de Apoio à Escola (EAE) e Equipe de Apoio à Educação Especial (EAEE).

### 3. METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos propostos, foi utilizada a abordagem qualitativa, que, Segundo Godoy (1995), parte do princípio de que existe uma relação inseparável entre o sujeito e o mundo que o cerca, valorizando a subjetividade e os significados atribuídos aos fenômenos, os quais não podem ser adequadamente representados por dados numéricos. Foram usados os seguintes procedimentos:

- Revisão bibliográfica de artigos, leis, resoluções de legislações, diretrizes e documentos oficiais da Secretaria Municipal de Educação de Itabirito, Prefeitura Municipal de Itabirito, através do portal da transparência.
- Questionários com familiares de alunos com deficiência, para compreender como é a inserção destas crianças no ambiente escolar.

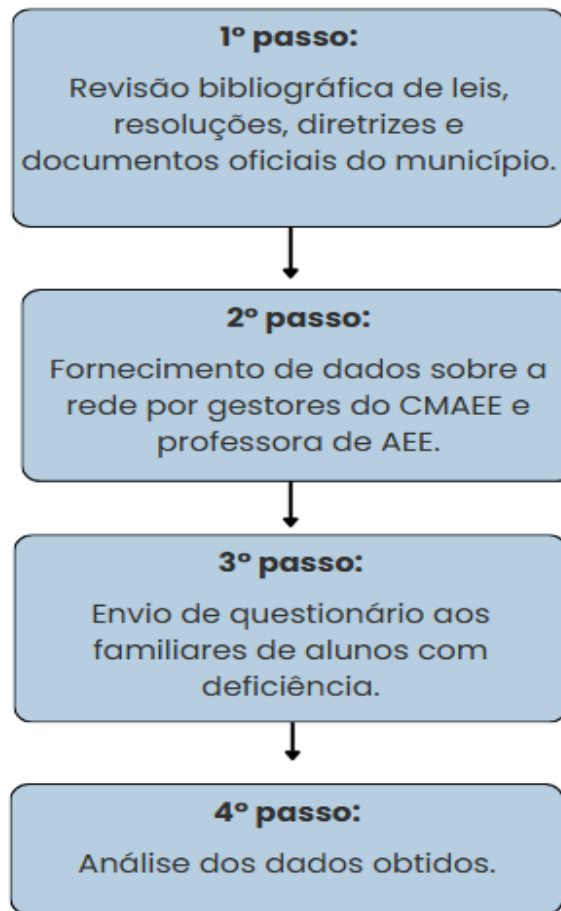
Além disso, foi realizado um contato com os Gestores do CMAAE e uma professora de AEE, os quais forneceram os esclarecimentos e alguns dados através de perguntas feitas via aplicativo de mensagens.

A pesquisa de natureza aplicada, buscou ampliar os conhecimentos acerca dos atendimentos da rede municipal para os alunos com deficiência. Seu objetivo exploratório foi de compreender e mapear como a rede municipal é estruturada para atender o público da Educação Especial, analisando os serviços existentes e sua articulação com as legislações vigentes.

Para coleta de dados junto aos familiares, foi utilizado um questionário aberto com variáveis qualitativas. Segundo Gerhardt e Silveira (2009), o questionário é um recurso de coleta de dados estruturado com perguntas organizadas, que devem ser respondidas pelo participante de forma autônoma, sem a necessidade da presença do pesquisador no momento da aplicação. O questionário foi respondido por duas mães de alunos com deficiência.

Para organização deste trabalho, foi seguido o fluxograma dos passos desde as revisões bibliográficas até a análise dos dados obtidos.

Figura 6. Fluxograma das metodologias aplicadas neste trabalho

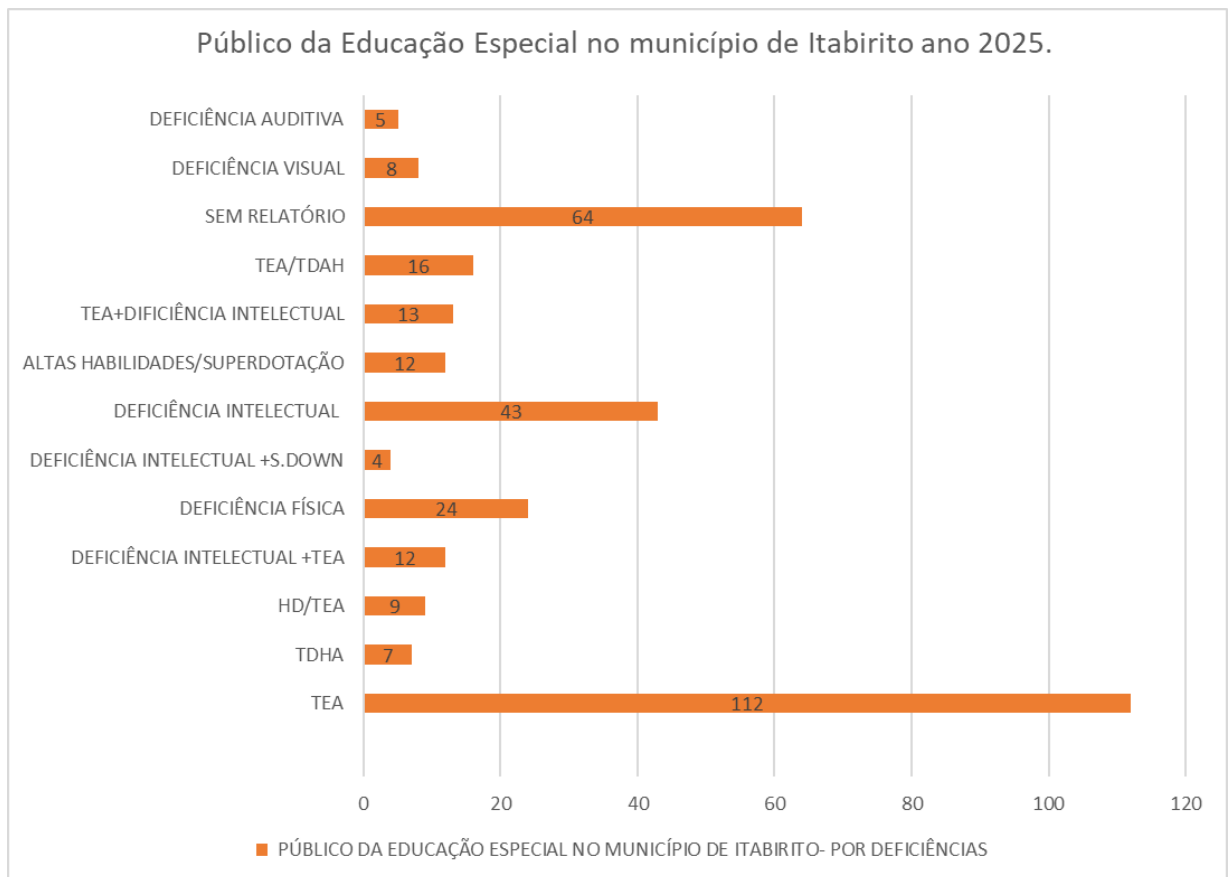


Fonte: Elaboração própria.

#### 4. RESULTADOS

Dentro do público da Educação Especial no município de Itabirito, este trabalho apresenta os resultados obtidos. Nesta pesquisa, foram identificados alunos com diferentes tipos de deficiência. Destes, 26 das 31 escolas municipais têm pelo menos 1 aluno com deficiência. De acordo com dados fornecidos pelo CMAEE, atualmente estão sendo atendidas 329 pessoas, entre crianças e adolescentes. Destas, 64 ainda não têm laudo definido, mas já recebem atendimento e acompanhamento dentro da escola. A tabela fornecida pelo CMAEE, traz os dados até maio/2025. O gráfico apresentado abaixo traz o total de alunos atendidos atualmente pela rede municipal de Itabirito.

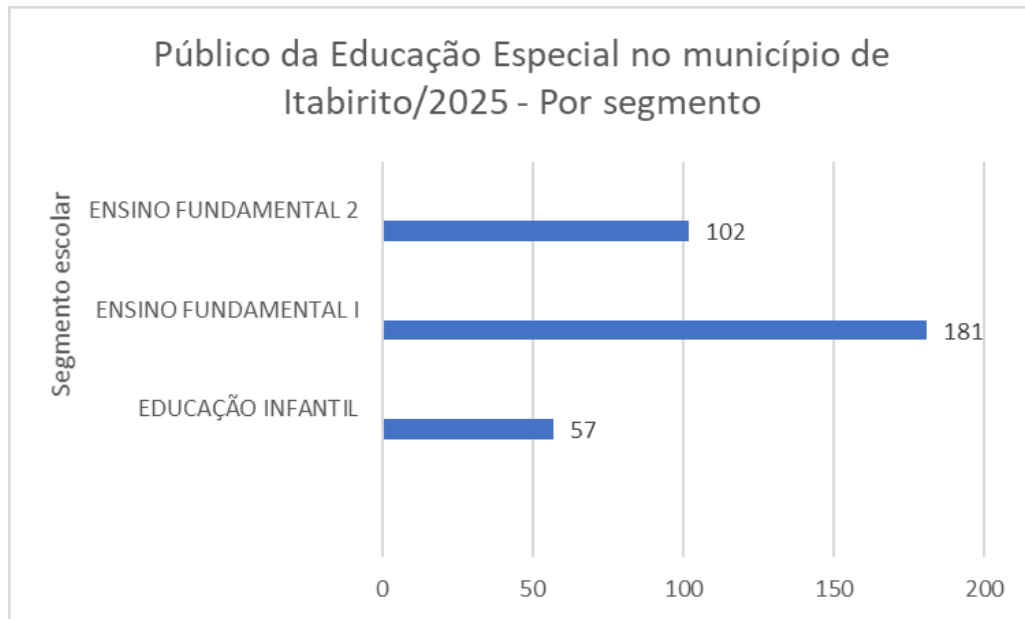
Figura 7. Gráfico do público da Educação Especial em Itabirito



Fonte: CMAEE/2025

Como demonstra a tabela fornecida pelo CMAEE, o atendimento já começa desde a primeira infância. Abaixo, os dados listados, informam os números separados por segmento.

Figura 8. Gráfico do público da educação Especial em Itabirito por segmento



Fonte: CMAAE/2025

Nas unidades escolares, existe a presença do do Atendimento Educacional Especializado (AEE). O AEE é oferecido em 6 escolas-polo em funcionamento do município, com salas multifuncionais equipadas com recursos pedagógicos adaptados. São elas: Escola Municipal Ana Amélia Queiroz, Escola Municipal CEMI, Escola Municipal Guilherme Hallais França, Escola Municipal José Ferreira Bastos, Escola Municipal Manoel Salvador de Oliveira, Escola Municipal Natália Donada Melillo e Escola Municipal Laura Queiroz – sala ficou pronta em set/2024 – não está em atividade por falta de professor especializado. Em alguns casos, a distribuição geográfica dessas escolas dificulta o acesso de alunos de bairros mais afastados.

Além disso, os profissionais relataram que nem todos os alunos com deficiência frequentam o AEE, seja por falta de orientação às famílias ou por ausência de transporte escolar adaptado. Em relação aos atendimentos relacionados aos profissionais de saúde, presente na escola, atualmente, existem 02 profissionais aptos a acompanhar alunos surdos. Para os demais acompanhamentos, a rede os disponibiliza, de acordo com a demanda e necessidade comprovada. Entretanto, em se tratando dos demais acompanhamentos, as adaptações de materiais de acordo com o conteúdo de cada ano escolar em que o aluno se encontra são feitas ora pelo professor de apoio, ora pelo professor regente e/ou responsável pela disciplina. Essas adaptações são tentativas e fruto do esforço desses professores

envolvidos, visto que, em muitos casos, esses profissionais não têm formação adequada para atuar na educação especializada. Para os demais atendimentos na área da saúde, a rede conta com 12 fisioterapeutas, 34 psicólogos e 5 psicopedagogas.

Para as crianças que recebem o atendimento especializado na rede, é seguido o modelo de Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), para acompanhamento do desenvolvimento dos alunos. É descrito nele, o conhecimento prévio, o que se espera e o que o aluno alcançou. Este documento fica à disposição dos pais ou responsáveis, assim como os profissionais que prestam atendimento e também aos profissionais de AEE e professores.

Em consentimento à legislação, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008), às salas de AEE são espaços da educação inclusiva, onde estudantes com deficiências ou outras condições tem acesso para promoção de seu aprendizado, no período regular e contraturno. De acordo com a legislação e normativas do Ministério da Educação (MEC), os seguintes grupos têm direito ao AEE:

- Pessoas com Deficiência (PCD), conforme Decreto nº 6.949/2009 (Convenção da ONU):
- Deficiência física: limitações motoras permanentes, como paralisia cerebral, má-formação congênita, amputações, entre outros.
- Deficiência auditiva: surdez total ou parcial, incluindo usuários de Libras.
- Deficiência visual: cegueira ou baixa visão severa.
- Deficiência intelectual: limitações significativas no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo.
- Deficiência múltipla: combinação de duas ou mais deficiências, como surdo cegueira.
- TEA, o Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM 5), o Manual de Transtornos e Doenças Mentais, na sua última versão de 2013, excluiu o termo Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD). Foi adotado o diagnóstico do TEA, a partir de níveis de apoio (APA, 2014), reconfigurando a definição dos outros diagnósticos que compunham o quadro do TGD, como a Síndrome de Asperger, por exemplo, que passou a ser considerada como uma condição específica.

- Altas Habilidades/Superdotação: estudantes com desempenho excepcional em áreas como:
  - Intelectual;
  - Criativa;
  - Artística;
  - Psicomotora.
  - Liderança

Esses alunos também têm direito ao AEE para desenvolverem plenamente seu potencial. Transtornos como TDAH, dislexia e discalculia sozinhos não são consideradas deficiências pela LBI, mas podem ser atendidas, em consenso com os órgãos responsáveis. Na rede de Itabirito, estas crianças e adolescentes recebem o atendimento de acordo com cada especificidade, a depender da avaliação pedagógica e multidisciplinar feita pela equipe da escola e, preferencialmente, com laudos médicos ou psicológicos que justifiquem o atendimento.

Para conhecer a opinião dos familiares acerca da tratativa dos atendimentos, junto às unidades escolares e quanto ao atendimento da rede, quando a criança precisa passar por algum acompanhamento, foi enviado um questionário via Google Forms, conforme modelo:

Tabela 1. Modelo do Questionário

Nome	
Grau de parentesco com o aluno	
Nome da escola	
Idade do aluno	
Tipo de deficiência do aluno (se desejar informar):	
1.	Como foi o processo de matrícula do seu filho(a)?
2.	A escola solicitou algum laudo ou documento específico para matrícula?
3.	Você acredita que seu filho(a) foi bem acolhido(a) pela equipe da escola?

4.	Seu filho(a) participa das mesmas atividades que os outros alunos da turma?
5.	Seu filho(a) frequenta o Atendimento Educacional Especializado (AEE)?
6.	Você considera que os profissionais da escola estão preparados para atender às necessidades do seu filho(a)?
7.	A escola conta com profissionais de apoio (cuidadores, intérprete de Libras, etc.)?
8.	Você se sente escutado(a) pela escola quando leva dúvidas ou preocupações?
9.	O que está funcionando bem na escola em relação à inclusão do seu filho(a)?
10.	Na rede de Itabirito, seu filho utiliza algum serviço profissional? Se sim na resposta acima, como foi conseguir atendimento?
11.	<p>Numa escala de 1 a 5, classifique o atendimento geral da cidade de Itabirito para o atendimento às crianças com necessidades especiais. Sendo 1 a menor nota e 5 a maior nota.</p> <p>* Respostas obrigatórias</p>

Fonte: Do autor

De acordo com o questionário enviado às famílias, obtive o retorno de duas delas, que pontuaram a importância do acompanhamento familiar, que ambas se preocupam com o processo de educação dos filhos, que este perpassa pela família e é complementado pela escola. Segundo as concepções de Tavares e Nogueira (2013), a interação entre família e escola é fundamental para o desenvolvimento integral dos estudantes, exigindo um esforço conjunto e contínuo. Para os alunos da Educação Especial, este contato entre escola e família é indispensável, pois torna as ações colaborativas, visando o bem estar e crescimento pessoal das crianças. Sendo assim, a escola por sua maior aproximação às famílias, constitui-se em instituição social importante na busca de mecanismos que favoreçam um trabalho avançado em favor de uma atuação que mobilize os integrantes tanto da escola, quanto da família, em direção a uma maior capacidade de dar respostas aos desafios que impõem a essa sociedade.

Como diz Paro (1997, p.30):

“A escola deve utilizar todas as oportunidades de contato com os pais, para passar informações relevantes sobre seus objetivos, recursos, problemas e também sobre as questões pedagógicas. Só assim, a família irá se sentir comprometida com a melhoria da qualidade escolar e com o desenvolvimento de seu filho como ser humano.”

#### 4.1 Respostas do questionário

Ambas famílias, têm crianças em idade escolar com TEA e que aqui são chamadas de Família 1 e Família 2. São famílias estruturadas, participadas e que buscam informações acerca dos direitos de seus filhos. Dentro do questionário, foram colocadas as seguintes perguntas:

1. Como foi o processo de matrícula do seu filho(a)?
2. A escola solicitou algum laudo ou documento específico para matrícula?

Para ambas, o processo foi tranquilo. Para família 1, foi solicitado um documento que tivesse informações sobre a deficiência. Para a Família 2 nada foi pedido.

De acordo com a **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Lei nº 13.146/2015) estabelece em seu artigo 27, parágrafo único, que "é vedada a cobrança de valores adicionais de qualquer natureza em suas mensalidades, anuidades e matrículas de estudantes com deficiência, bem como a recusa de sua inscrição por parte de estabelecimentos de ensino, públicos ou privados, em razão de sua deficiência" (BRASIL, 2015)

O laudo médico com a classificação da deficiência é necessário para que a escola se prepare de maneira a acolher aquele aluno conforme as necessidades descritas, mas não pode ser obrigatório para efetivar a matrícula. De acordo com o Ministério da Educação, por meio da **Nota Técnica nº 04/2014/SECADI/DPEE**, esclarece que "nenhuma instituição educacional, pública ou privada, pode exigir laudo médico para efetivar a matrícula de estudantes público-alvo da educação especial". Porém, caso a família ainda não tenha, a criança é matriculada e, mediante as informações passadas pela família, dá-se início às adaptações iniciais inclusivas para garantir o bem estar e a permanência deste aluno na escola.

3. Você acredita que seu filho(a) foi bem acolhido(a) pela equipe da escola?
4. Seu filho(a) participa das mesmas atividades que os outros alunos da turma?

Em resposta às perguntas um 3 e 4, as famílias relatam que a partir da matrícula e das informações, a escola se organiza e inclui o aluno em todas as atividades, quando necessário o mesmo conta com o auxílio do monitor, para que ocorra realmente o processo da inclusão. Tanta a Família 1 quanto a 2, concordaram que sentem que os filhos estão incluídos no ambiente escolar.

5. Seu filho(a) frequenta o Atendimento Educacional Especializado (AEE)?

A Família 1 respondeu que não utiliza mais, já recebeu alta do CER. O aluno da Família 2 ainda faz uso da sala de AEE no contraturno.

6. Você considera que os profissionais da escola estão preparados para atender às necessidades do seu filho(a)?

Para as duas famílias; sim, são pessoas qualificadas e que estão sempre se atualizando. Existe uma colaboração entre estes profissionais.

7. A escola conta com profissionais de apoio (cuidadores, intérpretes de Libras, etc.)?

Sim, possui monitor ou professor de apoio, para acompanhamento das atividades propostas.

8. Você se sente escutado(a) pela escola quando leva dúvidas ou preocupações?

Geralmente quando há dúvidas, o professor do AEE já informa sobre o procedimento, como são os atendimentos e como são feitas as adaptações das atividades dentro de sala e para casa. Ambas famílias se sentem acolhidas.

9. O que está funcionando bem na escola em relação à inclusão do seu filho(a)?

Família 1- Eles fazem um bom plano de intervenção

Família 2- Adaptações de atividades e avaliações, inclusão, sala de recursos.

Ambas relataram os laços que foram criados com alguns professores, também com monitor de apoio. As atividades adaptadas e a participação deles em todas as atividades.

10. Na rede de Itabirito, seu filho utiliza algum serviço profissional? Se sim na resposta acima, como foi conseguir atendimento?

Família 1 - Recebeu os 3 atendimentos. Recebeu alta em janeiro 2025

Família 2- Não utiliza mais.

Ambas consideraram simples e rápido conseguir este atendimento.

11. Numa escala de 1 a 5, classifique o atendimento geral da cidade de Itabirito para o atendimento às crianças com necessidades especiais. Sendo 1 a menor nota e 5 a maior nota.

A nota marcada foi 4, para as duas famílias.

As mães que responderam ao questionário, são engajadas no crescimento pedagógico e psicológico dos filhos, estão sempre em contato com a escola, com os professores e também monitores. Claramente percebe-se a importância desta parceria, pois de um lado as famílias que buscam auxílio para seus filhos junto à escola, para que eles possam ter o desenvolvimento cognitivo e pessoal. Dentro da escola, a equipe gestora faz adaptações curriculares, focando nas suas habilidades e potencialidades. O uso do PDI é uma ferramenta auxiliar, que registra o crescimento e desenvolvimento desta criança enquanto aluno.

As constatações desta pesquisa reforçam a importância de um olhar mais atento da gestão pública para as demandas da educação inclusiva. Investimentos em infraestrutura, na contratação de profissionais especializados e a capacitação contínua dos educadores são ações para se garantir uma educação de qualidade e verdadeiramente inclusiva. Também se destaca a necessidade de fortalecer o diálogo entre a escola, as famílias e os demais setores públicos, como saúde e assistência social. Para a pesquisa de campo, a unidade da rede que auxiliou a guiar o estudo foi o CMAAE que tem por finalidade ofertar serviços especializados de apoio, suporte, colaboração e capacitação para identificar as necessidades específicas dos discentes e docentes da Rede Municipal de Ensino.

A pesquisa deste trabalho foi de natureza básica qualitativa, com conteúdo explicativo, desenvolvida através de pesquisa de campo para coleta de dados, pois busca fornecer

informações acerca da rede municipal de Itabirito sobre o atendimento das crianças com necessidades especiais. Foram utilizadas informações colhidas por documentos públicos fornecidos pela própria rede, coleta de dados quantitativos por questionário e coleta de informações. A população da pesquisa é composta por profissionais da saúde, educação e familiares de crianças com necessidades especiais (amostras indiretas, conseguidas através de questionário) atendidas na rede pública municipal de Itabirito. Como a participação é voluntária, os participantes não precisam se identificar.

#### **4.2 Resultados Obtidos**

Com base nos dados coletados, informações da rede e familiares, foi possível entender sobre os atendimentos e acompanhamentos feitos às crianças e adolescentes da rede municipal de Itabirito. A rede conta com 34 psicólogos, 12 fisioterapeutas, 5 psicopedagogas e 02 professores tradutores de libras. Em maio deste ano, eram 329 crianças e adolescentes já em atendimento. Pode-se conhecer a trajetória que a criança faz, desde a suspeita de alguma deficiência. Quando esta suspeita parte da escola, a mesma entra em contato com a família para obter mais informações sobre a convivência familiar e também solicitar a autorização dos responsáveis para iniciar o encaminhamento. Sendo assim, o professor, junto com a supervisão e o psicólogo escolar, enviam ao CMAEE os relatórios feitos pelo professor e psicólogo. O CMAEE direciona estes relatórios ao referencial técnico, que analisa e dá início aos trâmites. A família e a criança são chamados. Assim, testes são iniciados e a criança é acompanhada dentro do CMAEE e na escola. Em caso de deficiências pontuadas pelo referencial técnico, o médico da rede é acionado para em conjunto com outros profissionais; psicólogos, terapeutas e psicopedagoga, definir qual tipo de deficiência e como deverá ser o acompanhamento pela família e escola. A rede conta com setores vinculados à Secretaria de Educação e, juntamente com a Secretaria de Saúde acompanham a criança durante sua trajetória escolar, caso seja preciso. Então completam o atendimento necessário para que o bem estar desta criança ou adolescente seja preservado e para que ela possa se desenvolver saudável. Como resposta ao questionário enviado, às mães das Famílias 1 e 2, disseram estarem satisfeitas com o atendimento recebido pelos filhos junto aos profissionais, tanto do CMAEE quanto da saúde. Este questionário esclareceu sobre a inclusão das crianças com deficiência no ambiente escolar, que, segundo as mães, foi feita através de modificações e acolhimento da escola. Relataram também estarem satisfeitas com o atendimento na sala de AEE e que, tanto a família quanto os filhos se sentem acolhidos pela escola. O plano de

intervenção e as adaptações feitas para estes alunos foram pontos importantes relatados. Quanto ao uso dos serviços da rede, aconteceram de maneira simples e rápida.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com relação aos profissionais e escolas envolvidas, a pesquisa contribuiu para diagnosticar o momento onde começa a trajetória da criança desde a “suspeita” do professor ou da família.

Este trabalho teve como objetivo investigar como se dão os processos de inclusão escolar dos alunos com deficiência, analisando a trajetória dos atendimentos às crianças e adolescentes, público da Educação Especial, no contexto das percepções, práticas e desafios presentes na Educação Especial no município de Itabirito/MG. Enfocando as políticas públicas, os serviços de apoio e os desafios enfrentados por essas crianças e suas famílias. O problema foi sanado com o mapa do caminho que a criança faz desde a suspeita dos pais ou do professor, passando pelos profissionais qualificados para definir o diagnóstico, qual tipo de tratamento e a demanda de atendimento que essa criança precisa enquanto aluno de uma escola pública municipal, para que se desenvolva da melhor maneira possível, cumprindo com seu direito institucional de ser incluído numa rede de ensino. Além disso, pode informar sobre a instituição de leis municipais específicas, juntamente com a oferta de serviços especializados, como o CMAAE, que são passos importantes, mas que requerem constante aprimoramento.

Definiu-se como hipótese como a necessidade educacional dos alunos com deficiência da rede municipal de Itabirito e como escola e família poderiam estar articuladas para o bem estar deste aluno. Compreender o contexto sociofamiliar, adotar intervenções pedagógicas preliminares e caso necessário, encaminhar a criança para avaliação.

Foi possível então, através da pesquisa feita e com os dados informados, fazer o levantamento dos serviços e tratamentos oferecidos pela rede. A relação dos profissionais envolvidos e acompanhamento pós diagnóstico. Através de dados obtidos com as tabelas que descrevem as deficiências tratadas hoje na rede, pode-se listar a quantidade de estudantes em cada segmento. Com as salas de AEE disponibilizadas pela rede, que até a presente data contava com 5 salas em funcionamento, o acompanhamento é feito também através da escola.

No questionário enviado às famílias, ambas relataram que sentem-se amparadas pelos profissionais envolvidos, que os filhos estão adaptados, recebendo adaptações das atividades escolares e participando de projetos de intervenção. Sobre os atendimentos pós diagnóstico, disseram ter sido simples e rápido.

De posse das informações, dados e números coletados, foi possível compreender como a rede municipal de Itabirito atua na inclusão dos alunos com deficiência. Alguns desafios ainda permanecem nas esferas envolvidas. Falta de formação adequada, para os profissionais da educação que atuam como monitores ou até mesmo para os professores de apoio. Muitos destes profissionais tem somente a formação em Pedagogia, sem nenhuma especialização em Educação Especial. Existe também carência de recursos humanos e também materiais, que nem sempre estão disponíveis em todas as salas de AEE. Outro desafio enfrentado pelos profissionais é a falta de envolvimento e engajamento das famílias. Muitas delas não levam os filhos com a frequência necessária ou simplesmente abandonam o tratamento, o que prejudica a criança e atrasa seu desenvolvimento.

Concomitante aos desafios, destacam-se algumas sugestões para melhorar e assim ampliar a capacidade dos atendimentos. Capacitar de maneira prática e objetiva os profissionais da educação, envolvidos diretamente com os alunos da Educação Especial, através de cursos regulares de formação continuada. Oferecer aos professores, em convênio com Universidades, pós graduação ou especializações voltadas para a educação especial. Avaliar com urgência a criação de mais salas de AEE, pois muitos alunos não frequentam devido à distância de sua residência. Para tal, contratar mais profissionais habilitados. Incentivar o fortalecimento do trabalho colaborativo entre professores regentes e AEE, visando o desenvolvimento cognitivo e pedagógico.

Reconhece-se que a inclusão de crianças com deficiência é um processo contínuo que demanda o comprometimento de toda a sociedade. Portanto, é fundamental que políticas públicas sejam constantemente revisadas e adaptadas às necessidades reais dessa população, garantindo-lhes o direito à educação, saúde e participação social em igualdade de condições.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- **Leis específicas de Itabirito/MG**

ITABIRITO (Mun.). Lei nº 3.897, de 11 de agosto de 2023. **Limita emissão de sons e ruídos em espaços públicos para proteção do bem-estar de pessoas com Transtorno do Espectro Autista.** Itabirito, MG: Câmara Municipal, 11 ago. 2023.

ITABIRITO (Mun.). Lei nº 3.699, de 10 de setembro de 2022. **Institui atendimento prioritário às pessoas com Transtorno do Espectro Autista em serviços públicos municipais, conforme Lei Federal nº 12.764/2012.** Itabirito, MG: Diário Oficial do Município, 15 set. 2022

ITABIRITO (Mun.). Lei nº 4.063, de 13 de maio de 2024. **Autoriza a criação do Centro de Referência Especializada no Atendimento Integral às Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no município de Itabirito.** Itabirito, MG: Câmara Municipal de Itabirito, 13 mai. 2024.

ITABIRITO (Mun.). Lei nº 3.580, de 8 de setembro de 2021. **Institui a Semana da Conscientização do Autismo, a ser celebrada na semana do dia 2 de abril de cada ano, com ações de conscientização, palestras, rodas de conversa e combate ao preconceito.** Itabirito, MG: Câmara Municipal de Itabirito, 8 set. 2021.

ITABIRITO (Mun.). Lei nº 3.581, de 2021. **Dispõe sobre a criação da Carteira de Identificação do Autista (CIA) para pessoas diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista (TEA).** Itabirito, MG: Câmara Municipal de Itabirito, 2021.

ITABIRITO (Mun.). Projeto de Lei nº 173, de 2023. **Dispõe sobre a modernização das sirenes e alarmes nas escolas públicas municipais, visando proteger crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA).** Apresentado pela Câmara Municipal de Itabirito em 2023. Itabirito, MG: Câmara Municipal de Itabirito, 24 ago. 2023.

ITABIRITO (Mun.). Projeto de Lei nº 82, de 2023. **Institui o selo “Empresa Amiga dos Autistas” – destinado a reconhecer empresas que adotem políticas de inclusão ao Transtorno do Espectro Autista (TEA) – e dá outras providências.** Itabirito, MG: Câmara Municipal de Itabirito, 2023.

- **Referências Gerais**

BOSA, Cleonice Alves. **Autismo: intervenções psicoeducacionais.** Porto Alegre: Artmed, 2006.

BRASIL, Lei nº 13.146/2015 (**LBI – Estatuto da Pessoa com Deficiência**). **Decreto nº 7.611/2011.** Resolução CNE/CEB nº 4/2009. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008)

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 7 jun. 2025.

BRASIL. **Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008**. Aprova o texto da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jul. 2008.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 ago. 2009.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 7 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019. **Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 dez. 2019.

Cardoso, A. P. L. B., Pontes Júnior, J. A. F., & Carvalho, W. R. L. (2013). **Educação especial: primeiras iniciativas de atendimento às pessoas com deficiência no Brasil**. *Revista Educação Especial*, 26(47), 745-758. Repositório Institucional UFC

CLEMENTE, KAP et al. Barreiras ao acesso das pessoas com deficiência aos serviços de saúde: uma revisão de escopo. **Revista de saúde pública**, 2022.

**Declaração de Salamanca**. (1994). UNESCO. Acesso: jun.2025

**Integralidade na rede de cuidados da pessoa com deficiência**. *Texto & Contexto – Enfermagem*. deficiência. <https://www.scielo.br/j/tce/a/cjN6jtXwsf6nT43YgVDf8xf/?lang=pt>. Acesso em: 10 jun.2025

**Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015)**. Acesso: maio.2025

MACHADO, Willian Cesar Alves; et al. *Texto & Contexto - Enfermagem*. Florianópolis, v. 27, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/>. Acesso em: 15 ago. 2025.

MINAS GERAIS (Estado). Resolução SEE nº 4.256, de 7 de janeiro de 2020. Institui as Diretrizes para normatização e organização da Educação Especial na rede estadual de Ensino de Minas Gerais. Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 10 jan. 2020.

**Ministério da Saúde**. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-da-pessoa-com-deficiencia/rede-de-cuidados-a-pessoa-com-deficiencia>>. Acesso em: 11 jun. 2025.